



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

ATA DE REUNIÃO

Ata da 19ª Plenária do XIX Plenário do Conselho Federal de Psicologia**Plenária Extraordinária****05 de Abril de 2024**

1 Ao quinto dia do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quinze minutos, iniciou-se a Décima Nona Plenária Extraordinária, do Décimo Nono Plenário do Conselho Federal de Psicologia, realizada de forma híbrida. Participaram de forma presencial: Ivani Francisco de Oliveira, Izabel Augusta Hazin Pires, Célia Mazza de Souza, Alessandra Santos de Almeida, Roberto Chateaubriand Domingues, Maria Carolina Roseiro e Edilaise Santos Vieira (Nita Tuxa) e de forma virtual: Jefferson de Souza Bernardes, Rodrigo Acioli Moura, Rosana Mendes Éleres de Figueiredo e Carla Isadora Barbosa Canto. Ivani Francisco de Oliveira inicia a reunião saudando as presentes e informa o início da Plenária Extraordinária de Pontos para APAF, passando a palavra para a Conselheira Izabel Augusta Hazin Pires para apresentação do Ponto 1 - APRECIÇÃO DAS ATAS DA APAF DE MAIO DE 2024 (576600004.000097/2024-77). Izabel Augusta Hazin Pires registra a importância de sua presença como observadora durante a APAF de dezembro de 2023 para melhor registro das discussões. Sugere instituir como orientação do plenário para as próximas APAFs. Questiona se o plenário tem alguma sugestão de alteração e informa que as atas estão prontas para serem encaminhadas na remessa da APAF. Ivani Francisco de Oliveira coloca o ponto em votação que é aprovado. Ponto 2 - PRESTAÇÃO DE CONTAS CFP - EXERCÍCIO 2023 (576600021.000007/2024-30) Célia Mazza de Souza solicita a participação do Gerente financeiro do Conselho Federal de Psicologia (CFP) José Eli de Vasconcelos Filho - GFIN que inicia a apresentação do ponto informando que esta é proposta inicial do detalhamento do orçamento e poderão ocorrer modificações e complementos até o envio na segunda remessa. Ressalta que, de acordo com os normativos, compete à APAF aprovar o orçamento do CFP, construído conforme a receita oriunda do número de profissionais cadastrados no sistema como ativos. Em sua apresentação ressalta, ano a ano, o comparativo do crescimento do número de profissionais inscritos, traz também o detalhamento por Regional. Ressalta que a arrecadação do exercício de 2023 proveniente da cota-parte teve um aumento de 16%, no valor de R\$ 53,514.537,00, informa ainda que além da receita cota-parte o CFP tem outras receitas, sendo elas: 1. Rendimentos de Aplicações Financeiras R\$9.802.632,00, 2. Outras receitas R\$ 199.468,00 e 3. Amortização de Empréstimos, R\$71.429,00, totalizando uma receita de R\$ 63.588.064,00, totalizando 106% da receita orçada, muito influenciado pelo rendimento de aplicações. Segue a apresentação com informações sobre as despesas que haviam sido previstas para o orçamento de 2023 no valor de R\$76.828.400,00 sendo a receita do exercício somados ao superávit, porém a despesa efetiva foi de R\$58.582.168,00, podendo gerar dúvidas quanto a execução de ações planejadas. Ivani Francisco de Oliveira questiona se é possível identificar o que foi planejado e não realizado no exercício de 2023 para subsidiar o plenário durante a APAF. José Eli de Vasconcelos – GFIN informa que o setor irá providenciar o subsídio e exemplifica com o Programa de sustentabilidade que é uma despesa prevista em orçamento, porém depende do atendimento aos critérios, pelos Regionais, para sua utilização. Ivani Francisco de Oliveira questiona ainda sobre o encaminhamento do CFP para utilização do superávit. José Eli de Vasconcelos Filho informa que o superávit é apresentado na prestação de contas do exercício como recurso e na proposta orçamentária seguinte define-se a destinação do valor. Célia Mazza de Souza informa que o superávit pode ser destinado para melhorias da sede do CFP ou para complemento do orçamento do ano subsequente. José Eli de Vasconcelos Filho - GFIN afirma que, geralmente, o superávit é utilizado no último ano de gestão, devido ao aumento de despesas. Izabel Augusta Hazin

42 Pires solicita explicação sobre transferências correntes e José Eli de Vasconcelos Filho - GFIN explica
43 que transferências correntes são feitas para os Regionais como por exemplo a Rede CREPOP. A
44 apresentação segue detalhando as despesas e Izabel Augusta Hazin Pires solicita um comparativo
45 sobre despesas com orientação dos anos anteriores para apresentação na APAF, por ser uma função
46 precípua. José Eli de Vasconcelos Filho - GFIN apresenta o resultado do exercício com o superávit
47 orçamentário de R\$5.005.897,00 e ressalta o valor dos rendimentos das aplicações financeiras, pois
48 sua ausência ocorreria o déficit orçamentário. Ivani Francisco de Oliveira sugere que a apresentação
49 da prestação de contas foque no percentual de execução. José Eli de Vasconcelos Filho - GFIN
50 destaca ainda em sua apresentação o detalhamento do resultado orçamentário dos sub-orçamentos
51 e detalhou os percentuais de gastos com recursos da cota-parte totalizando o gasto de 97,8%.
52 Detalhou também as despesas com recursos da cota-revista e fundo de seções cujas porcentagens
53 devem ser ajustadas para a apresentação na APAF. Finaliza a apresentação informando que será
54 uma apresentação financeira do CFP e que o relatório de gestão traz o detalhamento das ações
55 executadas. Ivani Francisco de Oliveira faz a leitura dos encaminhamentos: 2.1 GFIN/SCON: Colocar
56 na colinha quais as atividades que não foram realizadas em 2023. 2.2 GFIN/SCON: Levar a
57 comparação de gastos realizados nos anos anteriores com a orientação profissional. Fazer o cálculo
58 levando em conta o orçamento previsto e o executado. Se houver um aumento é importante
59 pontuar. Caso não tenha, é importante explicar o motivo. 2.3 GFIN/SCON: Colocar o orçamento
60 executado e superávit Orçamentário em percentual. 2.4 GFIN/SCON: Aprovada a apresentação,
61 mediante as alterações solicitadas acima. O ponto 3 - TETO DAS ANUIDADES - EXERCÍCIO 2025
62 (576600021.000008/2024-84) Célia Mazza de Souza, informa que na intenção de agilidade dos
63 processos, na última APAF não foi apresentado o histórico da questão da anuidade que era um valor
64 estipulado entre banda mínima e máxima para a composição do valor da anuidade. Acredita ser
65 importante fazer a apresentação detalhada com o resgate histórico educativo da gestão. José Eli de
66 Vasconcelos Filho - GFIN informa que a apresentação ainda está em construção, mas entende que o
67 ponto deverá ser direcionado à avaliação do Regional do que é viável e necessário para se manter,
68 além da aplicação de índice do INPC no teto anterior. Ivani Francisco de Oliveira acredita que a
69 apresentação detalhada promove o entendimento da categoria para a realidade regional e previne
70 uma interpretação errônea da categoria. Reafirma a importância de investir um tempo de APAF para
71 promover o entendimento da categoria. Alessandra Santos de Almeida sugere que a GCOM faça um
72 recorte desta apresentação da APAF, em formato de vídeo, para informação da categoria. Maria
73 Carolina Fonseca Barbosa Roseiro sugere a produção de material de divulgação para explicar os
74 diversos momentos da APAF, para que a categoria consiga acompanhar a APAF entendendo o
75 processo. Acredita que é fundamental fazer este recorte dos pontos financeiros. Sugere ainda que
76 seja encaminhado material para os delegados dos CRPs para que estejam na APAF preparados para
77 as discussões e possam informar a categoria a proposta da APAF. Ivani Francisco de Oliveira faz a
78 leitura dos encaminhamentos: GFIN/SCON: Realizar uma apresentação detalhada durante a APAF
79 para garantir o viés orientativo do que é viável e necessário para os Regionais se manterem. GCOM:
80 Realizar o recorte desse ponto para divulgar à categoria, depois da APAF. GCOM: Fazer a divulgação
81 da APAF e explicar o que é a assembleia para a categoria, antes da APAF, com caráter pedagógica.
82 GFIN/SE: Sugestão de divulgação do material deste ponto para os delegados dos CRPs para que eles
83 consigam se preparar para a discussão, na segunda remessa. O ponto 4 - PROGRAMA DE AÇÕES
84 AFIRMATIVAS, INCLUSIVAS E REPARATÓRIAS DO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA
85 (576600004.000094/2024-33) Ivani Francisco de Oliveira resgata o informativo dado na APAF de
86 dezembro sobre a contratação da empresa CEERT, que melhor atendia às necessidades do projeto,
87 porém informa que a mesma apresentou dificuldade no momento da contratação na modalidade
88 MROSC. Propõe ao plenário a substituição pelo próximo selecionado nas entrevistas realizadas, que
89 seria o IDBR e após a aprovação do plenário construir a apresentação para APAF. Edilaise Santos
90 Vieira (Nita Tuxa), acredita ser importante a conversa para apresentar o projeto e entender como
91 ela atuará no cenário, afirma que o IDBR trabalha na construção empoderada da diversidade nas
92 empresas. Ivani Francisco de Oliveira retoma a palavra para registrar que o IDBR tem uma
93 comunicação jovial e mais atualizada sobre o assunto. Alessandra Santos de Almeida traz o aspecto
94 de inovação no campo das relações empresariais. Emanuelle Santos Silva resgata que o
95 encaminhamento dado na APAF foi de contratação da CEERT, porém, caso surgisse algum entrave na
96 contratação, iria para outra empresa ranqueada pela equipe. Maria Carolina Fonseca Barbosa

97 Roseiro registra que o CFP tem recebido críticas por estar deixando de investir na prerrogativa do
98 Conselho em relação ao exercício profissional quando assume as pautas afirmativas e de minorias,
99 entende que ter uma parceria que ajude numa comunicação mais direta e facilitada é importante.
100 Ivani Francisco de Oliveira acredita ser importante investir na comunicação e registra que as críticas
101 partem da categoria e dos pares. Jefferson de Souza Bernardes acredita que a autarquia deve seguir
102 com sua comunicação institucional adequada para os diversos canais de comunicação e seguir na
103 política da bilateralidade com países da América Latina, Portugal e ampliar para os países de língua
104 portuguesa. Rodrigo Acioli Moura acredita que seja uma função do CFP dialogar com os psicólogos
105 que estão em qualquer parte do mundo e procuram o conselho e afirma que o importante é que as
106 publicações institucionais atinjam o maior número de profissionais para que a informação chegue à
107 categoria. Izabel Augusta Hazin Pires parabeniza a Gerência de Comunicação pela qualidade do
108 material produzido sobre a internacionalização. Registra que o CFP é o representante da psicologia
109 Brasileira e deve dialogar com toda a categoria além de registrar o vínculo pela língua com os países.
110 Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro sugere incluir na pauta de presidentes o ponto da
111 internacionalização da Psicologia Brasileira e tem como principal justificativa a questão da língua
112 portuguesa, ampliando para a discussão com os Conselhos Regionais. Acredita ser necessária uma
113 peça de comunicação para que, durante a APAF, o CFP possa trazer o debate sobre as políticas
114 afirmativas no sistema conselhos, já tratados inicialmente na última APAF, e aglutinar as demandas
115 postas pelos regionais. Acredita ser necessário, o quanto antes, uma pauta sobre redes sociais e
116 soberania de dados. Marília Mundim da Costa informa que a GCOM está em fase de contratação,
117 pois entende a necessidade de aprimoramento e atualização nas comunicações. Alessandra Santos
118 de Almeida registra e parabeniza o crescimento da comunicação do CFP, concorda com a
119 necessidade de pautar redes sociais e soberania para APAF, porém sugere que seria importante o
120 plenário aprimorar e amadurecer o entendimento e a posição do CFP para posteriormente pautar
121 para a APAF. Ivani Francisco de Oliveira faz a leitura dos encaminhamentos: SE: Diante da dificuldade
122 do processo de contratação da CEERT, foi aprovada a contratação da segunda empresa identificada,
123 Instituto Identidades do Brasil (ID_BR), caso o CEERT não consiga atender às exigências do Mirosc.
124 SE: Informar a APAF sobre a alteração da empresa. Ao realizar o informe, explicar também a
125 intenção do CFP ao propor esse programa de ações afirmativas. SE: Na construção da apresentação
126 do informe para a APAF, fazer uma linha do tempo contemplando as ações que foram tomadas até o
127 momento, e pontuar como as ações sugeridas pelos regionais serão contempladas neste programa.
128 SE: Caso chegue algum outro ponto de regional com tema ou assunto ligado a este projeto de ações
129 afirmativas, consultar regional se ele quer manter, considerando a existência desse ponto. Caso
130 queiram manter, pautar os pontos correlatos um na sequência do outro. O ponto 5 - GT DE REVISÃO
131 DA POLÍTICA DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (576600028.000197/2023-44) Maria Carolina
132 Fonseca Barbosa Roseiro informa que o GT não levará produto para esta APAF, apresentará o
133 andamento do GT com a produção da minuta de PJ, da nota de atendimento domiciliar e da nota
134 para ser feita conjuntamente com a CDH e solicitará a continuidade. Ponto 6 - GT APAF - REVISÃO
135 DA RESOLUÇÃO CFP Nº 18/2002 (576600003.000107/2024-84) Edilaise Santos Vieira (Nita Tuxa)
136 informa que o GT visa atualização da resolução étnico-racial e tem reunião agendada para 19 e 20
137 de abril quando analisará se será possível pautar a minuta para a próxima APAF de maio. Ponto 7 -
138 GT APAF - DIVERSIDADE SEXUAL E GÊNERO (576600003.000106/2024-30) Roberto Chateaubriand
139 Domingues informa que o GT está com dificuldades para realizar reunião virtual, portanto agendou
140 reunião presencial para os dias 24 e 25 de abril para a finalização da minuta de nota técnica e
141 verificar a possibilidade de apresentação do produto para a APAF de maio. Camila Dias de Lima
142 Alves versa sobre os prazos para envio de material para a APAF e informa que talvez não consiga
143 concluir as etapas para a apresentação de minuta na APAF, uma vez que, conforme ART.11 da
144 Portaria 71/2023, toda minuta deverá passar por apreciação dos Regionais. Portanto, entende que
145 deve ser alterado o objetivo do ponto, registrando o pedido de continuidade. Ivani Francisco de
146 Oliveira questiona se a nota contempla a revisão do plano nacional de saúde integrada da
147 população LGBT. Roberto Chateaubriand Domingues responde que o GT está esperando a
148 publicação da normativa que muda a linha de cuidados da população LGBT, mas que o ministério
149 está blindando a informação por estratégia de comunicação. Maria Carolina Fonseca Barbosa
150 Roseiro registra sobre a importância de o CFP subsidiar a incidência política com o papel indutor
151 sobre determinados assuntos, acredita que a nota deverá ser encaminhada aos regionais

152 informando sobre a urgência de aprovação para subsidiar a discussão no âmbito nacional. Versa
153 ainda sobre a necessidade de conversa com os presidentes do sistema conselhos sobre a
154 importância da participação nos GTs. Roberto Chateaubriand Domingues reforça que o GT ponderou
155 entre a produção para auxiliar no direcionamento governamental e as possíveis tensões
156 estabelecidas na escolha do caminho contrário, portanto o GT resolveu aguardar, uma vez que a
157 Conselheira do Rio de Janeiro, Céu Cavalcante, faz parte do grupo de discussão. Acredita que o
158 lançamento da Nota técnica seja o ponto para a divulgação do material do Ministério da Saúde.
160 Edilaise Santos Vieira (Nita Tuxa) reforça a necessidade de pensar estratégias do funcionamento dos
161 GTs registrando a disponibilidade e a representatividade construídas para a formação do GT. Izabel
162 Augusta Hazin Pires resgatou o indicado na portaria Portaria 71/2023 que encaminha sobre a
163 porcentagem de participação no GT e substituições indicadas. Rodrigo Acioli Moura informa que nos
164 GTs onde atua, quando percebe a ausência, o CFP faz contato com o CRP para uma possível
165 substituição. Fernanda de Araujo Mendes informa sobre o controle da assiduidade pela secretaria
166 executiva, este será apresentado durante a APAF para possíveis substituições. Jefferson questiona
167 sobre a substituição, uma vez que a representação é institucional. Fernanda Araújo Mendes informa
168 que o artigo segundo da resolução permite a substituição de representantes, desde que seja
169 informado ao CFP. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro entende que o problema apresentado
170 não está na falta do membro do GT e sim na disponibilidade para o agendamento da reunião.
171 Camila Dias de Lima Alves questiona se mantém o combinado de que o percentual é gerado a partir
172 de 3 reuniões. Ivani Francisco de Oliveira entende que será mantido o combinado. Rafael Taniguchi
173 informa que não tem quorum mínimo para a realização de reuniões dos GTs, registra a importância
174 de comunicação com os regionais acerca do agendamento. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro
175 sugere encaminhar aos regionais a disponibilidade de quem coordena o GT e formar um calendário.
176 Acredita que o apelo deva vir a partir da apresentação do histórico de funcionamento do GT dentro
177 do sistema. Rosana Mendes Eleres de Figueiredo relata sobre a definição de dias de reunião para a
178 regularidade do GT, o que facilita o controle de participação. Ivani Francisco de Oliveira faz a leitura
179 dos encaminhamentos: STEC: Alterar o objetivo do ponto, considerando o seguimento do ART.11 da
180 Portaria 71/2023. STEC: Aprovada a continuidade do GT para dar andamento às atividades. STEC:
181 Pautar a substituição dos Regionais que tiveram assiduidade inferior à 60%(Portaria 71/2023). A
182 substituição será pautada apenas em GTs que tiveram pelo menos três reuniões. Ponto 9 - GT APAF -
183 ESTÁGIO (576600003.000108/2024-29) Camila Dias de Lima Alves informa que o GT construiu uma
184 minuta de resolução que sofreu ajustes com base na pesquisa para levantamento de parâmetros
185 para o exercício da profissão de psicólogas como orientadora e supervisora de estágio. Informou
186 ainda que está sendo agendada reunião com o procurador do MPT, mas que não foi finalizado o
187 produto para apresentação na APAF, portanto o GT irá solicitar continuidade. O ponto 12 - GT
188 ANUIDADES - ISENÇÕES EM CASOS DE EMERGÊNCIAS E DESASTRES (576600002.000011/2024-26)
189 Célia Mazza de Souza informa que o GT não teve reunião neste semestre, considerando a orientação
190 jurídica sobre a impossibilidade de isenção, uma vez que as prefeituras não abrem mão de seus
191 impostos em casos de emergências e desastres. Acredita que o GT poderá trabalhar com
192 parcelamento de anuidade, portanto a solicitação é de continuidade do GT para alteração da tarefa.
193 Rodrigo Acioli Moura sugere agendar a reunião com o GT para subsidiar a alteração do objetivo.
194 Ivani Francisco de Oliveira faz a leitura dos encaminhamentos: GFIN: Considerando o prazo do envio
195 da primeira remessa da APAF, sugere-se manter o objetivo do ponto como “solicitar continuidade do
196 GT”. GFIN: Porém, GFIN deve realizar uma reunião on line do GT, antes da APAF, para debater sobre
197 a possibilidade de extinção deste GT, devido à impossibilidade de abrir mão de receita. Ponto 13 -
198 GT ORIENTAÇÃO: ATUAÇÃO PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (576600003.000113/2024-31) Rosana
199 Mendes Eleres de Figueiredo informa que o GT estruturou a construção da Nota com a intenção de
200 consulta aos regionais, adotou o formato de reuniões para melhor participação dos regionais. O GT
201 irá solicitar a continuidade, apresentando na apaf o andamento das reuniões. O ponto 14 - GT APAF
202 - REFERÊNCIAS TÉCNICAS E ÉTICAS: ATENDIMENTO À PESSOA SURDA NO ÂMBITO DA SAÚDE
203 (576600003.000112/2024-97) Rosana Mendes Eleres de Figueiredo informa que o GT está na fase
204 de levar a nota para as reuniões ampliadas. Relata a dificuldade e a delicadeza na questão do
205 intérprete de libras. O GT irá solicitar a continuidade apresentando na apaf o andamento das
206 reuniões. Ponto 8 - GT APAF - POLÍTICA PARA MULHERES (576600003.000105/2024-95) Alessandra
207 Santos de Almeida informa que agendou reunião para os dias 18 e 19 de abril para refletir e

208 escrever o documento. Informa que o GT está produzindo um protocolo de atendimento e objetiva
209 produzir material sobre sinais e sintomas da violência psicológica, questiona como encaminhar a
210 mudança de tarefa do GT. Ivani Francisco de Oliveira informa que é possível alterar a tarefa ou
211 solicitar o encerramento do GT pela APAF. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro questiona se a
212 tarefa da APAF era a Nota Técnica sobre sinais e sintomas da violência psicológica, entendendo este
213 tema como avaliação psicopatológica, questiona como se originou este objetivo. Alessandra Santos
214 de Almeida informa que inicialmente o GT tinha a tarefa de um protocolo da violência contra a
215 Mulher e que em algum momento a APAF modificou a nota técnica sobre sinais e sintomas. Maria
216 Carolina Fonseca Barbosa Roseiro entende que é necessário resgatar o histórico para dar
217 continuidade ao trabalho. Alessandra Santos de Almeida questiona se é possível levar o protocolo,
218 mas não utilizar o nome Nota Técnica sobre sinais e sintomas. Camila Dias de Lima Alves informa
219 que o CFP não produz protocolo de atendimento, esta é uma especificidade do Ministério da Saúde.
220 Sugere que mantenha nota técnica com orientações à categoria de como proceder. Maria Carolina
221 Fonseca Barbosa Roseiro sugere que o texto verse sobre avaliação e procedimentos. Izabel Augusta
222 Hazin Pires entende que a nota deverá produzir a resposta para a pergunta “o que é violência
223 psicológica”. Camila Dias de Lima Alves informa que não será possível encaminhar a minuta para
224 avaliação nesta APAF, portanto, a solicitação será sobre a continuidade do GT e inclusão de um ad
225 hoc. Ivani Francisco de Oliveira faz a leitura dos encaminhamentos:STEC: Alterar o objetivo do
226 ponto, considerando o seguimento do ART.11 da Portaria 71/2023. STEC: Aprovada a continuidade
227 do GT para dar andamento às atividades. STEC: Solicitar a inclusão de um ad hoc. STEC: Pautar a
228 substituição dos Regionais que tiveram assiduidade de representante inferior à 60%(Portaria
229 71/2023). A substituição será pautada apenas em GTs que tiveram pelo menos três reuniões. O
230 ponto 16 - GT COMORG - COMISSÃO ORGANIZADORA DO 12º CNP (576600115.000009/2024-80)
231 Rodrigo Acioli Moura informa que seguiu para os CRPs a identidade visual do CNP e COREPSIs e foi
232 solicitada a construção dos Regulamentos Regionais,. Na APAF será apresentado informe com o
233 andamento dos trabalhos da COMORG, bem como solicitada a continuidade do mesmo. Relatou
234 que na última APAF foi solicitado o estudo sobre a mudança da nomenclatura de Congresso
235 Nacional da Psicologia para Conferência Nacional da Psicologia, e informa sobre o estudo feito pela
236 Gerência Jurídica relatando que não era possível a mudança no 12º CNP, devido a algumas
237 mudanças em regulamentações do CFP que versam sobre Congresso e não conferência. Ivani
238 Francisco de Oliveira vê preocupação nesta mudança, uma vez que “conferência” é um evento social
239 que prevê a participação do controle social e que geraria uma mudança grande em relação ao
240 funcionamento do CNP. Célia Mazza de Souza diferencia “conferência” em atividades científicas, que
241 são praticadas em congressos da psicologia com a “Conferência” em políticas públicas que envolve a
242 participação do controle social, acredita que o propósito do CNP seja mesmo de um Congresso da
243 psicologia, no qual a psicologia discute suas propostas e políticas internas. Edilaise Santos Vieira
244 (Nita Tuxá) relembra a repercussão positiva durante a APAF, sugerindo trabalhar pelo
245 posicionamento do plenário frente a esta solicitação. João Diego Firmino, gerente do setor Jurídico,
246 informa que na resposta à consulta ao jurídico sobre esta temática versou sobre o apresentado no
247 artigo 4 do regimento interno do CFP, que trata o Congresso Nacional da Psicologia como um órgão
248 do CFP. Portanto, é uma análise jurídica documental e não agregará o embasamento político
249 apresentado pelo plenário em termos da etimologia da palavra. Rodrigo Acioli Moura registra a
250 necessidade de definição do plenário. Jefferson de Souza Bernardes sugere um acordo político e
251 montar um GT para esta discussão. Ivani Francisco de Oliveira faz a leitura dos encaminhamentos:
252 SE: Aprovada a continuidade do GT. SE: Preparar um estudo para ser apresentado na APAF que faça
253 o resgate histórico do CNP e da escolha do nome “Congresso”. SE: Aprovada a apresentação do
254 estudo na APAF. SE: Adicionar na “colinha” que, caso a decisão de alteração seja aprovada, tal
255 mudança será conduzida pelo CFP. SE: Pautar a substituição dos Regionais que tiveram assiduidade
256 de representante inferior à 60%(Portaria 71/2023). A substituição será pautada apenas em GTs que
257 tiveram pelo menos três reuniões. O ponto 20 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO CFP Nº
258 12/2018 (576600013.000122/2023-22) Rosana Mendes Eleres de Figueiredo informa que a atual
259 Comissão Editorial identificou a necessidade de ajustes, substituições e inserções no texto da
260 Resolução CFP nº 12/2018 que foi apresentado ao plenário, mas não foi possível pautar na APAF de
261 dezembro.. É um ponto remanescente e a minuta seguirá para a próxima APAF. Ivani Francisco de
262 Oliveira faz a leitura do encaminhamento: GCOM: Aprovada a apresentação da minuta de resolução

263 na APAF. Ponto 10 - GT DE APAF - NORMAS E REGRAS DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PARA A
264 CONCESSÃO DE REGISTROS OU PORTE DE ARMAS DE FOGO (576600003.000104/2024-41) Evandro
265 Morais Peixoto apresenta o ponto informando que o GT tem como objetivo 1. pensar normativa
266 para o porte de armas para pessoas indígenas, 2. Pertinência ou não de especialidade para avaliação
267 em porte de arma, 3 estruturar pesquisa sobre as necessidades da população indígena para porte
268 de arma ou de psicólogas inseridas neste contexto. Informa que o GT defende a inviabilidade para a
269 criação de normativa específica para uma determinada população, sendo a proposta apresentar os
270 pareceres coletados e sustentar o pedido de encerramento do GT. Entende que as COFs devem dar
271 vazão sobre as demandas que venham deste assunto. Edilaise Santos Vieira (Nita Tuxa) questiona
272 sobre a formação de um grupo de trabalho para a discussão de avaliação psicológica para os povos
273 originários, tradicionais e quilombolas. Evandro Morais Peixoto acredita que a instituição deverá
274 pensar a melhor forma de fomentar a discussão sobre avaliação psicológica para os povos
275 originários, tradicionais e quilombolas e não acredita que a formação de GT seria a melhor opção e
276 nem a continuidade deste GT. Relata que a CCAP pensou em prêmios de boas práticas e pesquisa
277 para fomentar a operacionalização da avaliação psicológica para as populações específicas. Maria
278 Carolina Fonseca Barbosa Roseiro acredita que seria importante levar a proposta de formação de GT
279 nesta APAF, considerando a atuação do GT dentro desta gestão do sistema conselhos. Acredita que a
280 tarefa do GT pode ser o levantamento no contexto dos regionais de como tem sido formada a
281 categoria que está atuando com a avaliação psicológica neste contexto. Sugere que, em caso da não
282 formação do GT, o CFP com a SOE assumam este primeiro debate ético da avaliação em relação aos
283 povos tradicionais. Alessandra Santos de Almeida reflete o quanto é colonizador a produção de
284 testes, não considerando outras formas de existência dos povos indígenas. Edilaise Santos Vieira
285 (Nita Tuxa) registra que corrobora a fala da Alessandra, mas afirma que independente do que o CFP
286 entende, as avaliações e testes estão sendo feitas. Acredita ser importante ampliar a discussão com
287 orientação ética do profissional. Evandro Morais Peixoto acredita que as coletas e intervenções
288 estão sendo feitas de forma inadequada, por isso é necessário repensar os códigos para olhar esta
289 população. Ivani Francisco de Oliveira faz a leitura dos encaminhamentos: STEC: Aprovado o
290 encerramento do GT. STEC: Produzir apresentação para mostrar na APAF o histórico do GT e os
291 pareceres coletados. STEC: Realizar reunião entre as conselheiras Alessandra, Evandro, Nita e Izabel
292 para debater a avaliação psicológica em diferentes populações e povos. Ponto 11 - GT DE APAF -
293 REVISÃO DA RESOLUÇÃO CFP Nº 2/2016, QUE REGULAMENTA A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA EM
294 CONCURSO PÚBLICO E PROCESSOS SELETIVOS DE NATUREZA PÚBLICA E PRIVADA
295 (576600003.000110/2024-06) Evandro Morais Peixoto informa que o GT está produzindo uma
296 minuta, mas que esta apenas será pautada para a APAF de dezembro, pois está na fase de consulta
297 aos Regionais e buscando contribuições da Polícia Federal. Solicitar continuidade do GT para a
298 finalização da minuta e apresentação na APAF de dezembro. O ponto - GT ELEIÇÕES
299 (576600004.000096/2024-22) Jefferson de Souza Bernardes informa que o GT finalizou a minuta do
300 Regimento Eleitoral, esta seguiu para contribuições dos Regionais e o GT se reunirá no dia 11 de
301 abril para o fechamento do documento que será apresentado na APAF. Apresenta o cronograma de
302 inscrição e homologação das chapas que antecipa a desincompatibilização do Federal. Informa
303 ainda sobre a discussão da possibilidade de funcionários do sistema conselhos se inscreverem como
304 membros das chapas, ressalta que este ponto ainda está em discussão. Ivani Francisco de Oliveira
305 reforça a importância de incluir na apresentação os marcadores de identificação no momento da
306 inscrição de candidatos. Faz a leitura dos encaminhamentos: SE: Aprovada a continuidade do GT
307 para a construção da instrução normativa sobre heteroidentificação.. SE: Pautar a substituição dos
308 Regionais que tiveram assiduidade de representante inferior à 60%(Portaria 71/2023). A
309 substituição será pautada apenas em GTs que tiveram pelo menos três reuniões. O ponto 18 - GT
310 RESPONSABILIZAÇÃO DE ATOS DE ASSÉDIO E OUTRAS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO NO SISTEMA
311 CONSELHOS DE PSICOLOGIA (576600028.000049/2024-19) Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro
312 informa que o GT não se reuniu até o momento e para a APAF será pedida a continuidade e dado
313 informe sobre o andamento do GT. O ponto 15 - GT - READEQUAÇÃO DO PORTE DOS REGIONAIS
314 (576600002.000010/2024-81) Célia Mazza de Souza informa que a minuta de resolução está
315 finalizada e será apresentada aos tesoureiros e presidentes dos Conselhos. Solicita registrar em ata a
316 gratificação de trabalhar com a equipe do financeiro. José Eli de Vasconcelos Filho - GFIN informa
317 que antes da leitura da minuta de resolução, a proposta é fazer a apresentação para o melhor

318 entendimento do plenário devido ao impacto nas questões financeiras. Inicia a apresentação
319 informando que o GT foi formado na APAF de novembro de 20221 com o objetivo de estabelecer
320 regras de transição quando da mudança ou readequação de porte dos Conselhos Regionais,
321 construir estudos de viabilidade, identificar aspectos que serão impactados pela readequação, bem
322 como o impacto orçamentário inspirado na Lei de responsabilidade fiscal. Apresenta o cenário atual
323 com a classificação de porte entre pequenos, médios e grandes e informa que esta classificação foi
324 inspirada no regimento da APAF. Informa que as questões de porte surgiram no 10º. e 11º. CNPs,
325 com propostas de revisão dos porte dos Regionais. O produto do GT é uma resolução de 8 artigos
326 com a seguinte estrutura: 1. Estabelecer os critérios para classificação dos Portes, 2. Definição dos
327 níveis de porte, 3. custeio dos programas orçamentários, 4. transição de porte, 5. programas
328 orçamentários vigentes, 6. promoção de equidade orçamentária, financeira, administrativa e
329 representativa, 7. diretrizes para novos programas e ações e 8. entrada em vigor. A proposta do GT é
330 trabalhar como níveis percentuais da base nacional de inscritos, considerando: Nível I - regionais
331 com até 1% da base nacional de inscritos - CRPs 23, 19, 21 e 24, Nível II - regionais de 1 a 2% - CRPS
332 22, 15, 17, 14, 18, 20, 13, 10 e 16, Nível III - regionais de 2 a 4% - CRPs 09, 01, 11, 02, 12, Nível IV -
333 regionais de 4 a 7% - CRPs 03, 08 e 07, Nível V - regionais de 7 a 25% - CRPs 4 e 5 e Nível VI -
334 regionais acima de 25% - CRP 06. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro questiona como será a
335 comunicação para a categoria. Célia Mazza de Souza informa que o GT não pensou em como
336 comunicar à categoria, porém ressalta que é importante informar que os níveis foram definidos de
337 acordo com a quantidade de psicólogos inscritos. Alessandra Santos de Almeida questiona sobre a
338 análise socioeconômica da regionalidade. Célia Mazza de Souza faz a leitura do artigo 7 apontando
339 diretrizes levantadas nas questões da regionalidade, principalmente no inciso VII que considera as
340 singularidades regionais e regras de transição, além dos prazos que consideram o nível regional.
341 Rafael Taniguchi registra a importância da defesa da delegação sobre a intenção do CFP em dirimir
342 as diferenças, porém devem seguir diretrizes e regras para esta construção. José Eli de Vasconcelos
343 Filho - GFIN informa que o GT fez muitos estudos até entender que a melhor forma de classificação
344 de níveis é o número de profissionais ativos inscritos, uma vez que é a base para o Regional investir
345 na fiscalização e orientação. Jefferson de Souza Bernardes entende que as novas inscrições no
346 sistema conselhos são desproporcionais nos estados e teme o esvaziamento de níveis
347 intermediários e a concentração nas polaridades dos níveis, questiona se houve um estudo da
348 perspectiva dentro de um período de 10 a 12 anos e caso não tenham feito este estudo sugere a
349 inclusão de um prazo de validade. Célia Mazza de Souza pensa que é uma possibilidade incluir um
350 artigo sugerindo uma reavaliação em 10 anos.. Alessandra Santos de Almeida acredita que a
351 resolução é uma proteção do sistema para pensar em políticas e programas. Célia Mazza de Souza
352 faz os agradecimentos e entende que a Resolução está pronta para apresentação na APAF.
353 Encaminhamentos: GFIN: Aprovada a minuta de resolução sobre os portes dos conselhos regionais
354 e encerramento do GT. O ponto 19 - GT PARA ELABORAÇÃO POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DO
355 SISTEMA CONSELHOS (576600013.000021/2024-32)

356 Marília Mundin da Costa - GCOM informa que o GT foi criado na APAF de maio de 2023 com a
357 finalidade de elaborar a Política de Comunicação do Sistema Conselhos e relatou que o objetivo do
358 ponto é o pedido de continuidade para finalizar a produção de cartilha. Ponto 21 - GT DE APAF
359 ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NO USO DE MACONHA E PSICODÉLICOS EM CONTEXTO TERAPÊUTICO
360 (576600003.000111/2024-42) Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro relata o Encontro
361 Preparatório para o I Congresso Brasileiro de Psicologia, Maconha e Psicodélicos que será realizado
362 no dia 13/04/2024. Na APAF, o GT apresentará um informe e pedirá continuidade. Após a APAF, o
363 plenário do CFP deverá constituir a Comissão organizadora para o encontro nacional, proposto pela
364 APAF. Camila Dias de Lima Alves - GTEC questiona sobre a alteração do objetivo do ponto, uma vez
365 que consta como: Formação da Comissão Organizadora para o I Congresso Brasileiro de Psicologia,
366 Maconha e Psicodélicos, devendo ocorrer durante a APAF. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro
367 informa que o GT entende ser importante participar da formação do Comitê Organizador que
368 deverá ser formado pelo CFP com contribuições de parceiros, entre eles a FIOCRUZ. Ivani Francisco
369 de Oliveira sugere convidar a Letícia Laranjeiras para participar do evento preparatório como ad hoc.
370 Alessandra Santos de Almeida entende que é estratégico para o CFP não encampar o Congresso
371 sozinho. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro informa que o GT se originou com a nomenclatura
372 Cannabis e informa que o tema do congresso não está fechado e será fruto de discussão no

encontro preparatório. Informa que o GT está recolhendo os relatos de indicação para ad hoc. Ivani Francisco de Oliveira faz a leitura dos encaminhamentos: STEC: Aprovada a continuidade do GT. STEC: Retirar do objetivo a parte de criar comissão. STEC: Sugestão de convidar a Letícia Laranjeiras para participar do evento preparatório de forma remota. STEC: Pautar a substituição dos Regionais que tiveram assiduidade de representante inferior à 60%(Portaria 71/2023). A substituição será pautada apenas em GTs que tiveram pelo menos três reuniões. Ponto 24 - GT APAF - RESOLUÇÃO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL PARA PESSOAS INTERSEXO E ASSEXUAL (576600003.000100/2024-62) Carla Isadora Barbosa Canto informa que o GT se reuniu quinzenalmente, está com a ad hoc Thais Emília e realizará reunião presencial em abril. Roberto Chateaubriand Domingues informa que faz parte do GT de intersexo no conselho Nacional de LGBT e se disponibilizou para o diálogo e construção conjunta. Izabel Augusta Hazin Pires relembra sobre a produção do parecer na questão do intersexo durante a gestão do XVIII Plenário e acredita que este colabore com a discussão. Ivani Francisco de Oliveira faz a leitura dos encaminhamentos: STEC: Aprovada a continuidade do GT. STEC: Roberto Domingues informa que está compondo o GT de intersexo do Conselho Nacional de LGBTQIA+, e se coloca à disposição para o que for necessário. STEC: Alterar o objetivo do ponto, considerando o seguimento do ART.11 da Portaria 71/2023. STEC: Referendada a continuidade do GT para dar andamento à nas atividades. STEC/SE: Localizar o parecer realizado na gestão do XVII plenário e lido no XVIII plenário para subsidiar a discussão do GT. STEC: Pautar a substituição dos Regionais que tiveram assiduidade de representante inferior à 60%(Portaria 71/2023). A substituição será pautada apenas em GTs que tiveram pelo menos três reuniões. Ponto de plenária inserido na hora (576600290.000013/2024-17) Fabíola Borges Correa - SOE solicita a alteração no julgamento de processos éticos que será no dia 10/05/24, cujos encaminhamentos foram: SOE: Os processos das conselheiras Juliana, Rodrigo, Célia e Isadora serão adiados. SOE: Autorizada a alteração dos julgamentos éticos de maio. Ponto 26 - PLANEJAMENTO ANUAL, ACOMPANHAMENTO E SUPERVISÃO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DOS CRPS PARA O TCU (576600028.000052/2024-24) Fabíola Borges Correa - SOE informa que para atender às solicitações do TCU a SOE organizou dois documentos para acompanhar as fiscalizações dos Regionais, sendo o planejamento das fiscalizações dos Regionais e o relatório das fiscalizações durante o ano. Relata o histórico da dificuldade de coleta de informações junto aos CRPs para o relatório do TCU e entende que seria necessária a criação de uma resolução para padronização dos registros de informações e acredita que deverá ser informado na APAF os controles que a SOE tem praticado. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro aponta a necessidade de conversar com os Regionais sobre orientação da fiscalização, e entende que esta discussão não seria do GT de APAF, tampouco nos encontros de COE e COF, sugere que ocorra durante a APAF como informe acerca dos parâmetros já praticados pela SOE. Ivani Francisco de Oliveira pondera se não seria mais adequada a apresentação durante a reunião de presidentes e informar que por ser uma demanda administrativa de prestação de contas do Federal a resolução será desenvolvida pelo CFP e seguirá as orientações da portaria de envio aos regionais para consulta e contribuições. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro, concorda com o encaminhamento proposto e a questão da orientação e fiscalização para alinhamento de entendimento e parâmetros. Ivani Francisco de Oliveira faz a leitura dos encaminhamentos: SOE: Não pautar esse ponto para a APAF. SOE: Elaborar uma pauta para discussão em plenária antes da reunião de presidentes. SOE: Pautar o informe para a reunião de Presidentes. Ponto 25 - ENCONTROS REGIONAIS E NACIONAL DE COES E COFS (576600028.000051/2024-80) Fabíola Borges Correa - SOE informa sobre a inovação do setor de promover encontros Regionais presenciais de COEs e COFs, uma vez que o encontro presencial Nacional e as ações estratégicas desenvolvidas pelo setor, tais como drive compartilhado, reuniões online, evento para tratar processos éticos no SEI e BRC, não são suficientes para atender às demandas regionais. Informa que serão 5 encontros Regionais, custeados dentro do orçamento do CFP, Ivani Francisco de Oliveira faz a leitura dos encaminhamentos: SOE: Não pautar esse ponto para a APAF. SOE/GFIN/CG: Realizar discussão entre as gerências (SOE, GFIN e CG) para debater a questão do financiamento dos encontros regionais e Nacional da COE e COFS. Após discussão, pautar para a plenária. Ponto 22 - GT DE REVISÃO DA 3/2007 - APAF MAIO/2024 (576600001.000218/2023-20) Leomar Santana - GTI informa que o GT foi criado na APAF de maio de 2023 com o objetivo de revisão da Resolução 03/2007, realizou encontros, porém não finalizou o trabalho de construção da minuta. O GT irá solicitar a continuidade para a finalização da tarefa. O Ponto 23 - GT MEIOS DE SOLUÇÃO CONSENSUAL DE

CONFLITOS (576600028.000198/2023-99) Fabíola Borges Correa - SOE informa que o GT não concluiu a tarefa e solicitará a continuidade. Ivani Francisco de Oliveira informa que solicitou à Secretaria Executiva o auxílio nos pontos do 27 as 33, pontos remanescentes da APAF de dezembro de 2023, portanto são pontos que já foram discutidos e com posicionamentos do plenário. Sugere a leitura do encaminhamento já dado para possível complemento. Ponto 39 - GT's da APAF (Ponto inserido na hora) Todos os setores: Foi acordado entre os conselheiros federais e equipe técnica que a marcação das reuniões dos GTs serão definidas quando houver disponibilidade de 50%+1 dos representantes. SE: Pautar para a plenária a discussão da participação dos regionais nos GTs da APAF. Ponto 40 - PONTOS DE PAUTA PARA REUNIÃO ENTRE PRESIDENTES (576600029.000011/2024-28) SE: Sugestão de ponto para reunião de presidentes: Debate sobre a efetiva participação dos representantes dos regionais nos GTs da APAF. GRI: Incluir na pauta de presidentes o ponto da internacionalização da Psicologia brasileira. (Informe sobre a importância da participação da Psicologia Brasileira nos eventos internacionais) SOE: Pautar como informe, este ponto 576600028.000052/2024-24, na reunião entre presidentes. Ponto 41 - INCLUSÃO DE LEMBRETE NA PRÓXIMA CONVOCAÇÃO DA APAF (576600029.000012/2024-72) SE: Encaminhar lembrete quando for enviado os pontos, mencionando a importância da pontualidade na APAF. Esta ata foi lavrada por mim, Izabel Augusta Hazin Pires, Conselheira-Secretária, e assinada por todas as presentes nomeadas.



Documento assinado eletronicamente por **Izabel Augusta Hazin Pires, Conselheira(o) Suplente**, em 01/08/2024, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Chateaubriand Domingues, Conselheira(o)**, em 01/08/2024, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosana Mendes Éleres de Figueiredo, Conselheira(o)**, em 01/08/2024, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Célia Mazza de Souza, Conselheira(o) Tesoureira(o)**, em 01/08/2024, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ivani Francisco de Oliveira, Conselheira(o)**, em 02/08/2024, às 11:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edilaise Santos Vieira, Conselheira(o) Suplente**, em 02/08/2024, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro, Conselheira(o) Suplente**, em 02/08/2024, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Acioli Moura, Conselheira(o)**, em 02/08/2024, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Evandro Morais Peixoto, Conselheira(o) Suplente**, em 02/08/2024, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Santos De Almeida, Conselheira(o)**, em 02/08/2024, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Isadora Barbosa Canto, Conselheira(o)**, em 02/08/2024, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson de Souza Bernardes, Conselheira(o) Suplente**, em 02/08/2024, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1721500** e o código CRC **FD3CF404**.
